

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS CIDADES: ADAPTAÇÃO E A AGENDA URBANA

As cidades poderão diminuir ou até parar o aquecimento global. Grande parte das emissões de gases de efeito estufa são resultado da produção de bens e serviços usados pelas classes médias e altas de centros urbanos. Manter o aquecimento global dentro de limites seguros demandará eficiência energética da infra-estrutura urbana e sistemas produtivos que serão menos intensivos em uso energia, principalmente a orientada do carbono.

Os países desenvolvidos, grandes responsáveis pelo aquecimento global por conta de suas emissões presentes e passadas, deverão tomar liderança nesse processo e mostrar para o mundo que é possível fazer esta transição mantendo altos níveis de qualidade de vida. Todavia, ações isoladas de alguns países ricos, não resolverá o problema. Ações concretas e urgentes dos países em desenvolvimento, não somente em relação a mitigação, mas sobretudo em termos de adaptação para os impactos e sérios riscos associados às mudanças climáticas.

As cidades mais expostas aos riscos estão na África, Ásia, América Latina e Caribe. Elas apresentam baixa resiliência e não dispõem de uma infra-estrutura adequada. Pior, também não dispõem dos recursos financeiros necessários para implementar as ações.

Entretanto, o problema não é só a falta de recursos financeiros. Muitas cidades e governos locais não dispõem da competência e capacidade técnica necessária para adaptar, além de apresentarem déficits sociais e de infra-estrutura enormes. Na Ásia, África e América Latina, é comum ter metade das populações urbanas vivendo em assentamentos humanos precários e informais, sem acesso à água, saneamento básico, retenção de águas das chuvas e coleta de resíduos sólidos. Muitos destes assentamentos estão em encostas ou próximos a rios e córregos deixando centenas de milhões de pessoas expostas ao risco de enchentes e deslizamentos de terras. Governos e governantes, ano após ano, insistem em não construir a infra-estrutura básica necessária para amenizar e no médio/longo-prazo extinguir esses problemas. Pelo contrário, políticos e funcionários públicos estabelecem relações antagônicas com os mais vulneráveis. Sem mudanças profundas na forma como governos locais lidam com suas populações mais pobres, uma adaptação efetiva, *de facto*, não será possível.

Os riscos associados às mudanças climáticas trazem custos sociais e financeiros altos; e eles vêm aumentando de forma rápida nas últimas décadas. Estima-se que algo em torno de 95% das mortes por desastres nos últimos 25 anos ocorreram em países em desenvolvimento onde poucos têm acesso a seguros ou outras formas de proteção. Apesar de não ser possível dizer em que medida

esses desastres naturais, ou eventos extremos, ocorreram por conta do aquecimento global, os dados dos últimos 50 anos mostram aumento no número de tempestades, enchentes e secas. E com o impacto das mudanças climáticas, esses números devem aumentar ainda mais.

Muitas cidades serão alvo de chuvas mais intensas e ciclones. O aumento esperado do nível dos mares também terá consequências em muitas cidades costeiras. Ondas de calor terão impactos na poluição do ar e na saúde das populações. O produção agrícola também será bastante afetada podendo gerar crises mais sérias de abastecimento e aumentos expressivos de preços dos alimentos. Mesmo que para alguns as mudanças do clima tragam benefícios, a necessidade de adaptação é inevitável.

Existe consenso que o quanto antes agirmos para reduzirmos as emissões de gases de efeito estufa, menores serão os impactos e os custos associados. Para isso é necessário um planejamento de ações e de investimentos para conduzir a transição necessária. Isto é, romper com o ciclo atual de mais renda, maiores emissões. Será necessário construir casas e escritórios que demandem menos aquecimento, ou ar condicionado, menos luz; um ambiente urbano que respeite os pedestres, os ciclistas e uma cobertura de transporte público que atenda com eficiência a demanda de diferentes grupos sociais. Carros para uso pessoal deverão ser restringidos e sobretaxados. Indústrias, comércio e o setor de serviços deverão adaptar seus modelos de negócios a nova economia que emergirá. O conceito-chave para isso será aumentar a qualidade de vida das populações urbanas.

Dado o tamanho das mudanças e o desafio da adaptação, isso deverá ser feito de forma participativa e concertada, principalmente envolvendo os mais vulneráveis e expostos diretamente aos riscos. Levará tempo e soluções paliativas como as que estamos acostumados de “mover pessoas de lá para cá” não funcionarão. Deverá haver um planejamento urbano coordenado nas diferentes esferas de governo. Em alguns lugares será possível adaptar, porém em muitos outros será necessário criar a infra-estrutura dentro dos novos padrões.

Essas adaptações não serão fáceis. Certamente enfrentarão oposição e confrontarão interesses poderosos daqueles que se beneficiam com o atual estado das coisas. Também desafiarão padrões culturais e civilizatórios. Mas antes o tema precisa entrar na agenda pública e política. Muitos, incluindo governantes, gestores, e a população em geral vêem o tema das mudanças climáticas como um tema ambiental a ser tratado por especialistas e ambientalistas. Isso traz enormes barreiras para o tema disputar a agenda pública e política das cidades. Fora da agenda, será impossível criar e destinar os recursos necessários para uma adaptação efetiva das cidades melhorando a governança local.

**Rafael D'Almeida Martins é formado em Administração Pública (FGV-EAESP) e Doutorando em Ambiente e Sociedade na UNICAMP. Atualmente é pesquisador visitante no Institute for Environmental Studies na Vrije Universiteit Amsterdam na Holanda (Bolsista CAPES). Diretor-executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Qualidade de Vida (CEPPS). Para saber mais, acesse: [www.cepps.org.br](http://www.cepps.org.br).**

O CEPPS (Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Qualidade de Vida) é uma organização independente que estimula o debate e colabora com a abertura de espaços de discussão.

As opiniões expressas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não corresponde á opinião da organização.

© CEPPS 2009

O leitor poderá copiar, recomendar, enviar por e-mail e imprimir este documento desde que utilizado para fins pessoais e em caráter informativo, nunca para fins comerciais e com o compromisso que o conteúdo não poderá sofrer alterações.

Desta forma, este documento poderá ser reproduzido desde que se faça a devida citação da fonte e que o CEPPS seja imediatamente comunicado.

Para informações, escrever para [contato@cepps.org.br](mailto:contato@cepps.org.br) ou visite [www.cepps.org.br](http://www.cepps.org.br).